

De uma
página
a outra

**O RECLAME
EM LIVROS
MANUSCRITOS E
IMPRESSOS
DOS SÉCULOS
XVI A XIX**

ELIZANGELA DIAS

De uma
página
a outra

**O RECLAME
EM LIVROS
MANUSCRITOS E
IMPRESSOS
DOS SÉCULOS
XVI A XIX**

Miró
EDITORIAL

2018

Copyright © 2018 1ª edição Elizangela Dias
Copyright © 2018 1ª edição Miró Editorial Ltda.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Produção Editorial

Miró Editorial

Editor

Márcia Lígia Guidin

Projeto gráfico e Diagramação

WK Comunicação

Capa

Rafael Carvalho

Assessoria Editorial

Heidi Strecker

Preparação de texto

Márcia Lígia Guidin

Revisões

Michele Silva e Elisa Cegalla

Impressão e acabamento

Bartira Editora Gráfica

Para adquirir esta obra contate:

www.miroeditorial.com.br

editorial@miroeditorial.com.br

ISBN: 978 -85-92721 -02-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável : Aline Graziel e Benitez CRB-1/31 29

D531 p Dias, Elizangela

1.ed. De uma página a outra: o reclame em livros manuscritos e impresso do século XVI ao XIX / Elizangela Dias. – 1. ed. – São Paulo: Miró Editorial, 2018. 176 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978 -85-92721 -02-2

1. Livro – manuscrito. 2. Livro – impresso. I. Título.

CDD 090

Índices para catálogo sistemático:

I. Título 1. Filologia; 2. Imprensa; 3. Tipografia;
4. Manuscritos; 5. Reclame;

Todos os direitos reservados

Miró Editorial Ltda.

Miró
EDITORIAL

Rua Oscar Freire, 836/121

CEP 01426-000 – São Paulo – SP

Tels. (5511) 3063-3390 – (5511) 94298-9697

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que torna possível a convivência com tantos amigos, que me sustenta em fé e esperança e que me provê em todos os momentos.

Ao **Carlos Zibordi** por alegrar meus dias e por me dar coragem para enfrentar qualquer desafio.

À professora **Maria Mitzi Brentani** pelo exemplo de vida, de dedicação ao trabalho e às pesquisas e, acima de tudo, de amor ao próximo.

Aos amigos Antonio Sergio Beserra Sousa, Denize Terezinha Costa, Henrique Machado Duarte (*in memoriam*), Vanessa Cardoso Marques Cavalcante, Lauro Noboru Hasegawa, Maria Ângela Maramaldo Barreiros e Marilda de Fatima Fraga, por estarem ao meu lado durante a pesquisa que originou esse livro, fosse nos bons ou nos maus momentos, e pelo estímulo constante e carinho a mim dedicados.

Aos amigos **Dênio** e **Fabiana Meira**, amigos desde os tempos de graduação em Letras, sem os quais provavelmente essa pesquisa não teria existido.

Ao meu irmão **Elias**, pelos questionamentos semanais sobre este trabalho.

Aos professores do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, **Prof. Dr. Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin**, meu professor de sempre, desde a graduação; **Prof. Dr. Heitor Megale** (*in memoriam*), por acreditar em meu projeto e incentivar sua execução e, finalmente, ao **Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto**, meu orientador, pela competência, respeito e confiança que tornaram possível a finalização deste trabalho.

Dedico este livro à minha irmã, Isabel e à minha mãe, Judith.

São duas pessoas preciosas no mundo e que me ensinaram, cada uma a seu modo, demonstrando com suas próprias vidas, o que é o amor incondicional.

SUMÁRIO

1. O reclame no livro manuscrito e no livro impresso	19
O livro antes do advento da imprensa.....	22
O reclame no livro manuscrito	30
A produção de livros impressos	32
O reclame no livro impresso	41
2. Caracterização dos textos estudados.....	47
Impressos.....	50
<i>História da Província de Santa Cruz</i> (1576).....	50
<i>As obras do Doutor Francisco de Sá de Miranda</i> (1677).....	51
<i>Arte da pintura, simetria e perspectiva</i> (1767).....	52
<i>Vestígios da língua arábica em Portugal</i> (1830).....	54
Manuscritos.....	55
<i>Auto</i> (1613).....	55
<i>Diário da Navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e Rio Gatemi</i> <i>Que principia em março de 1769</i> (1769-71)	56
<i>Livro de Compromisso da Irmandade da Senhora do Rosário dos Pre-</i> <i>tos da Freguesia de Areias. Ano de 1801</i>	57
3. Classificação dos reclames	59
Uma proposta de classificação: tipos de reclames	60
Inventário de ocorrências de reclame no <i>corpus</i>	69
Tipos de reclame em <i>História da Província de Santa Cruz</i> (1576)....	70
Tipos de reclame em <i>As obras do Doutor Francisco de Sá de Miranda</i> (1677).....	77
Tipos de reclame em <i>Arte da pintura, simetria e perspectiva</i> (1767)	94
Tipos de reclame em <i>Diário da Navegação do rio Tietê, rio Grande</i> <i>Paraná, e Rio Gatemi</i> (...) <i>Que principia em março de 1769</i>	100

Tipos de reclame em <i>Vestígios da língua arábica em Portugal</i> (1830)	110
Tipos de reclame em <i>Compromisso da Irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Areias. Ano de 1801</i>	117
Considerações sobre o uso de reclames.....	119
4. Conclusões.....	123
5. Bibliografia	126
Imagens	133
Comentários sobre a obra	141

PREFÁCIO

No contexto dos trabalhos em Filologia Portuguesa, pesquisadores têm se debruçado sobre diferentes manuscritos em busca de compreender todas as implicações de sua produção e transmissão. Nesse processo, o texto, como documento histórico, carrega determinados aspectos que lhe agregam sentido e, de certa forma, influenciam a forma como será lido e estudado. A sua materialidade é tão fundamental quanto o seu conteúdo e o seu contexto de produção. O labor filológico se concretiza dessa maneira, pela reunião de suas realidades material e íntima, como defendia o saudoso professor Antonio Candido: a primeira caracterizada pelo seu aspecto, papel, caligrafia, tipo, estado do texto e sua história (por quem, como, onde, quando, em que condições); a segunda, por sua realidade íntima e finalidade verdadeira, a sua natureza, significado, alcance artístico, de certo modo, a sua alma.

Não se trata de trabalho com resultado imediato; o pesquisador precisa reunir em si erudição, precisa ir às fontes e estudar com afincamento e rigor seu objeto de estudo. Leva-se muito tempo para alcançar o seu objetivo. Quando ao cabo, o trabalho revela ao leitor toda a sua magnitude e beleza científico-filológica. É o caso deste livro, como também é o caso da pesquisadora Elizangela Dias. Ao fio condutor dos reclames, *de uma página a outra*, somos conduzidos pelo método marcador e organizador da própria produção material, do códice ao livro manuscrito e impresso, ao tom da dedicação e zelo da autora.

Elizangela Dias nos presenteia com um belíssimo trabalho, cuja contribuição é extremamente significativa para a Filologia

e áreas afins. Não só por esmiuçar a matéria pelo levantamento exaustivo de ocorrências em um *corpus* previamente selecionado, mas também pela importância dos textos analisados. Dessa forma, cumpre o relevante papel, como constata em sua conclusão, de fornecer subsídios para novas pesquisas, despertar o interesse pela valorização da Codicologia, da Bibliografia Material e da Filologia.

Prof. Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

INTRODUÇÃO

Estamos tão acostumados a folhear um livro no transcorrer da leitura de um texto, que pouco nos damos conta de sua materialidade. O modo como o livro é construído, a forma como as folhas se unem, a sequência das páginas, a existência da numeração e a organização em cadernos costurados ou em folhas coladas à lombada, raramente chamam a atenção do leitor comum. No passado, o que hoje chamamos de livro possuía características bastante diversas.

Para organizar o material escrito e garantir que a ordem das páginas fosse correta, os autores colocavam sinais para identificá-las. A função desses sinais era permitir a edição do livro e a facilitação de leitura, numa época em que não existia a impressão como a conhecemos hoje. O *reclame* era justamente aquela letra ou pedacinho de palavra, ou mesmo uma palavra inteira, que era colocada no fim da página e se repetia no começo da página seguinte.

O estudo de textos em português, manuscritos e impressos, dos séculos XVI ao XIX, faz perceber que o reclame apresenta variedade quanto a sua estrutura, com predominância de alguns tipos encontrados, e que a frequência de seu emprego mantém certa regularidade no decorrer do tempo.

Constatamos, portanto, a relevância de esmiuçar a definição geral a partir de um levantamento exaustivo de ocorrências em um *corpus* previamente selecionado. Os textos escolhidos, se não dão conta de cada um dos períodos estudados, pretendem

fornecer exemplos que começam a delinear um quadro que pode ser ampliado posteriormente.

Partindo de um enfoque baseado na codicologia e na bibliografia material, faremos uma breve revisão da revolução ocasionada pela invenção da imprensa; a seguir, tratamos da estrutura do códice e do livro impresso e situamos o reclame nesse contexto. Em seguida, apresentamos a tabulação dos reclames identificados no *corpus* de textos impressos e manuscritos dos séculos XVI ao XIX. A partir da descrição dos reclames em documentos manuscritos e impressos e de sua contextualização nas ciências codicológica e bibliográfica, apresentamos as ocorrências de reclames em quadros, para uma visão esquemática de sua utilização nas obras estudadas.

Os critérios para a classificação dos reclames são, por ordem, o texto estudado, a época e o tipo de reclame. Pretendemos, com este estudo, apresentar um exame descritivo do uso do reclame que venha a especificar o quadro esboçado pelo conceito geral, buscando estabelecer uma tipologia dentro do *corpus* estudado. Entendemos que esta caracterização dos reclames pode fornecer subsídios para a compreensão das mudanças sofridas pelo reclame ao longo do tempo.

Além disso, interessa saber se ocorre variação no uso do reclame, em um mesmo século, entre textos manuscritos e impressos. Entretanto, devemos enfatizar que essa comparação e as conclusões a que se chega restringem-se a um conjunto muito limitado de textos, cujo critério de escolha será explicitado adiante. Portanto, o que se afirma em relação a esse *corpus* pode não valer necessariamente para outros textos.

Uma das funções reconhecidas do reclame é indicar a sequência dos fólios, facilitar o alçamento, isto é, a ordenação dos

cadernos dobrados conforme a sequência de páginas, e adiantar a leitura. A paginação, como a chamamos hoje, era indicada por uma abreviatura colocada, quase sempre, embaixo da página. Neste estudo, os textos analisados não formam, portanto, mais do que pontos isolados em um quadro muito mais amplo. O que buscamos aqui é sistematizar o material a que tivemos acesso, sem pretender, evidentemente, esgotar o assunto.

Inicialmente pensava-se que, com o passar dos séculos, as ocorrências de reclames num dado texto fossem rareando, isto é, quanto mais antigo o documento, mais reclames apresentaria e, quanto mais recente fosse, menos ocorrências seriam encontradas na obra. No entanto, essa afirmação não procede. No período medieval, os reclames eram utilizados com frequência nos manuscritos apenas ao final de cada caderno, o que representa menos ocorrências de reclame em uma obra. Posteriormente, eles passaram a ser utilizados em todas as páginas, o que se constata principalmente nos textos impressos. McKerrow observa que:

“In medieval MSS. it was not uncommon for the scribe to add at the end of each section the first word of the next as a guide to the binder in arranging the sections correctly. Such catchwords thus served somewhat the same purpose as signatures in printed books. As used, however, in the latter, catchwords ordinarily appear at the foot of every page and are probably to be considered mainly as guides to the printer in imposing the pages.” (McKERROW, 1927, p. 82)

Especificamente quanto aos manuscritos, é certo que, quanto mais recuamos no tempo, mais obras apresentam reclames e, quanto mais avançamos, menos obras com ocorrências de reclames

são encontradas. Corroboramos tal afirmação com nossas visitas a arquivos e fundos documentais, onde pudemos consultar, durante nossa busca, vasto acervo de manuscritos e impressos¹:

No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, consultamos Pastorais, Editais e Ordens – período de 1853-59 – cota 4-2-27; Autos de ereções e patrimônio de capelas – período de 1746-1864 – cota 1-2-8; Registro de cartas e ordens régias – período de 1746-1877 – cota 4-1-40 e muitos 16 outros; no Arquivo do Estado de São Paulo, consultamos Livro de registros de testamentos – período de 1760-1815 – cota C00456, algumas dezenas de inventários e testamentos (cotas C600 até C612 – C7890, C9879, etc.). O Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo, o Instituto de Estudos Brasileiros, Seção de Obras Raras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Museu Paulista e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são outros arquivos onde pesquisamos.

O presente estudo é apresentado na seguinte ordem: primeiro, tratamos do reclame no livro manuscrito e no livro impresso. Em seguida, fazemos a caracterização do *corpus*, composto de textos impressos e manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Posteriormente, apresentamos a classificação e a relação dos reclames identificados no *corpus*, a análise do que foi observado e forneceremos os resultados parciais encontrados. Finalizamos com a apresentação e descrição dos resultados gerais.

1 Pesquisamos em vários arquivos e consultamos diversos documentos. No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, consultamos *Pastorais, Editais e Ordens* – período de 1853-59 – cota 4-2-27; *Autos de ereções e patrimônio de capelas* – período de 1746-1864 – cota 1-2-8; *Registro de cartas e ordens régias* – período de 1746-1877 – cota 4-1-40 e muitos outros; no Arquivo do Estado de São Paulo, consultamos *Livro de registros de testamentos* – período de 1760-1815 – cota C00456, algumas dezenas de inventários e testamentos (cotas C600 até C612 – C7890, C9879, etc.). O Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo, o Instituto de Estudos Brasileiros, Seção de Obras Raras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Museu Paulista e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são outros arquivos onde pesquisamos.

Esta publicação deriva de uma dissertação de Mestrado, defendida em 2007 na Universidade de São Paulo, que se destinava inicialmente a filólogos e pesquisadores no âmbito acadêmico. Desejamos que esse estudo, agora publicado, dê ensejo a que pesquisadores, bibliófilos e amantes da leitura e dos livros, em geral, possam conhecer melhor cada tema.

1

O RECLAME
NO LIVRO
MANUSCRITO
E NO LIVRO
IMPRESSO

A Codicologia

Para especificar o lugar do reclame dentro de um texto e, mais especificamente, no livro, é necessário conhecer as principais características do livro manuscrito e do livro impresso, e isso é feito a partir de conceitos fornecidos pela codicologia e pela bibliografia material. A codicologia ocupa-se de elementos do códice, ou livro manuscrito antigo, a fim de realizar, a partir da observação, uma descrição e interpretação de questões referentes ao suporte da escrita, tinta, letra, organização dos cadernos, paginação, cosedura e encadernação, entre outros. A finalidade é a reconstrução de fases da elaboração do códice e história de sua utilização (XAVIER; MATEUS, 1990, p. 307, s.v. *Codicologia*). Cabe ao pesquisador da área de codicologia conhecer o quadro teórico da ciência codicológica e atender à finalidade essencial do estudo do códice – que é situá-lo de modo a compreender a transmissão do texto e a sua funcionalidade de leitura, e fixar a atenção particularmente em constituir instrumentos de recuperação do livro e dos fundos de manuscritos. Garcia (2002, p. 23) chama esta ciência de “Arqueologia del libro”, tanto do ponto de vista formal como textual. Enquanto a codicologia trata do livro manuscrito antigo, a bibliografia material trata do livro impresso. Essa disciplina tem por fim observar, descrever e interpretar elementos bibliográficos, a fim de traçar a história da produção e circulação do livro, como segue: (XAVIER; MATEUS, 1990, p. 307, s.v. *Bibliografia Material*).

O livro antes do advento da imprensa

Na codicologia importa considerar, primeiramente, os suportes da escrita medieval: **o papiro, o pergaminho e o papel**. Antes desse período, foram utilizados como suportes para a escrita a madeira, cascas de árvores, folhas de palmeira, peles de animais e tabuletas de cera.

Origem e utilização do papiro

A produção do papiro resultou numa revolução na confecção de livros, pois sua utilização diminuía os problemas apresentados pelo uso de vegetais, da madeira e da argila (GARCIA, 2002, p. 45). Muito difundido no Egito, o material era feito de caule de um tipo junco, cujo nome científico é *Cyperus Papyrus*: as lâminas longitudinais e transversais eram coladas e formavam as folhas, geralmente usadas em forma de rolo. Grande parte dos livros tinha o formato de rolos, mas também havia os livros quadrados. Este material não era muito resistente e, com novas alternativas de materiais para a escrita, deixou de ser usado ainda no século XI.

Origem e utilização do pergaminho

O pergaminho foi o principal material utilizado para a escrita entre os séculos IX e XII na Europa. Era feito de pele de animais, tais como carneiro, bode e bezerro. Seu preparo, embora simples em teoria, era na realidade bastante trabalhoso. Vejamos: deixava-se a pele do animal de molho em água com cal por aproximadamente três dias, depois disso, raspava-se a pele para extrair os pêlos e gorduras e, a seguir, para uma raspagem mais refinada, usavam-se pedra-pomes. Então, sobre uma bancada, a pele secava ao sol. A origem do pergaminho remonta à Antiguidade e ocorreu em Pérgamo, por ordem do rei Euménes II, no séc. II a.C.

Em consequência disso, a origem do nome pergaminho deve-se provavelmente ao topônimo Pérgamo.

Esta invenção deveu-se à proibição do uso do papiro, por Ptolomeu V, do Egito. No entanto, atualmente considera-se que ocorreu um aprimoramento da técnica de confecção de suportes para a escrita. Por volta do século X, as peles de animais possuíam grande valor comercial e eram elementos corriqueiros na vida do homem medieval. Havia, nesse período, o peleiteiro, que tinha a função de preparar, curtir e vender as peles. Entretanto, as peles por ele preparadas não tinham como finalidade a escrita, e sim o fabrico de calçados e vestuário. Nos séculos XII e XIII, eram os monges, em seus respectivos mosteiros, que preparavam os pergaminhos para a escrita (DIAS, 2005, p. 2).

Em períodos de falta de pergaminhos, raspavam-se os livros mais antigos para a reutilização – eram os chamados palimpsestos. Portanto, explorando-se a História, com a indicação dos materiais de escrita (tipos de papiro, pergaminho ou papel) produzidos ou utilizados em determinado local e data, e com a indicação da maneira como eles eram manipulados, podemos até fazer descobertas a respeito da economia da região.

Origem e utilização do papel

O papel, invenção chinesa datada de aproximadamente início do século II d.C., chegou à Europa por intermédio dos árabes, por volta do século IX (GARCIA, 2002, p. 64). Apesar de já ser conhecido, passou a ser mais amplamente utilizado a partir do século XIV. A utilização do papel deu-se pela dispersão, no século XV, de fábricas pela Europa e pelo fato de que o pergaminho, nesta época, apresentava preço pouco acessível. O processo de fabricação do papel seguia etapas determinadas: separação, limpeza, corte e desfiação do trapo de linho – matéria-prima da fabricação do papel – que era posto em maceração até tornar-se uma pasta homogênea. Essa pasta era então colocada em uma forma,

geralmente retangular, que possuía filamentos metálicos cruzados como uma peneira. Após compressão e secagem da pasta, era retirada do molde, e o material obtido é a folha de papel. (GARCIA, 2002, p. 66). A partir da Revolução Industrial, novos processos de confecção do papel foram desenvolvidos com produção mais rápida e em grande escala. Outro item estudado pela codicologia é o processo e o local de elaboração dos manuscritos: os *scriptoria*. Nesses locais trabalhavam os copistas, ou escribas, que inicialmente tinham duas funções principais: a religiosa e a administrativa (finalidades judiciais, reais, fiscais etc.). No *scriptorium* havia divisões definidas de tarefas; cada trabalhador tinha sua função específica na composição do códice: um preparava o suporte da escrita, outro cortava este suporte, outro definia os limites dos fólhos e sua justificação – margens –, outro trabalhava as capitulares, outros tratavam da iluminura (vide Fig. 3, página 141) e assim por diante. A cópia era uma ação repetitiva e devia-se agir com fidelidade máxima ao texto original.

Instrumentos de escrita

Ao longo da História, diferentes instrumentos foram utilizados para a escrita: o estilo, o cálamo e a pena. Nos primeiros tempos da escrita utilizou-se o estilo – em latim, *stilus* ou *graphium* – haste de ferro ou mármore com ponta para traçar os caracteres nas tabuletas. Com o tempo, passou-se a utilizar o cálamo – em latim *calamus* –, que era um pedaço de junco cortado em forma de pena, utilizado até o século XIII aproximadamente. A pena de pássaro, geralmente de ganso ou de cisne, também foi bastante usada: as penas eram afiladas e talhadas, isto é, passavam por um processo de endurecimento para que atendessem de forma mais adequada à finalidade de instrumento para a escrita. Pelo menos no Ocidente peninsular, a pena foi o instrumento de escrita mais usado até aproximadamente 1800.

O formato do livro

Quanto ao formato do livro, faremos breve comentário sobre os mais importantes, que são o rolo (ver fig. 2, página 140) e o códice. O rolo ou *volumen* era mais cômodo de ser lido por uma pessoa em pé ou inclinada, porque era sustentado com as mãos, enquanto o códice de pergaminho escrito dos dois lados – frente e verso – pedia uma mesa para ser colocado durante a leitura. A literatura pagã permaneceu nos rolos de papiro e a cristã passou a dar-se em pergaminho, o que fez com que nesta nova cultura, a cristã, os códices fossem impulsionados (ESCOLAR, 1977, p. 14). Os impressos primitivos são chamados de incunábulo, e a maior parte deles trata de temas religiosos².

À medida que o livro, especialmente o impresso, começa a ser confeccionado, a necessidade do papel tornou-se cada vez mais intensa, o que fez com que, entre os séculos XV ao XVIII, a indústria papeleira tivesse alcançado seu maior desenvolvimento, conforme afirmam Febvre e Martin (1992, p. 58).

A estrutura do livro manuscrito

De posse das informações anteriores, podemos examinar mais de perto o livro manuscrito. Quanto ao rolo, a escrita era apresentada em colunas: a extremidade superior e a inferior eram as mais vulneráveis à deterioração, devido ao manuseio, e geralmente apresentavam tiras coladas nesta região. [Ver página 137A]

Com base em GARCIA (2002, p. 120), sabemos que o rolo predominou durante toda a Antiguidade greco-latina, geralmente feito de pergaminho enrolado em uma vareta, fixada nos extremos. Para se ler o exemplar, enrolava-se com a mão esquerda a parte já lida e ao mesmo tempo se desenrolava o restante com a

2 “Se calcula en unas 13.000 el número de obras o ediciones publicadas en el siglo XV, de las cuales más o menos los 6/7 son obras religiosas o teológicas, y sólo 1/7 obras literarias, antiguas y contemporáneas.” (FINÓ, 1940, p. 16).

mão direita. Nos domínios latinos, ao final do texto constava a expressão *Explicitus est liber* (“O livro foi desenrolado”), isto é, “o livro foi lido”. Esta expressão seguiu sendo usada até o aparecimento do códice. Hoje herdamos a expressão *Do incipit ao explicit*, isto é, “do começo ao fim”. O rolo podia ter a extensão necessária para compreender o texto completo, quer fosse confeccionado em papiro, pergaminho e até mesmo papel. Havia diversos tipos de rolos dentre os quais os de caráter obituário ou litúrgico. Os litúrgicos, especialmente os referentes ao dia da Páscoa, eram muito bem ornamentados.

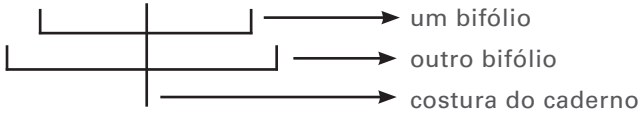
Os códices de pergaminho geralmente eram quadrados ou retangulares, pois os fólhos eram um tanto espessos e não eram tão flexíveis como as folhas de papiro. O códice de pergaminho data do início da era cristã e não era projetado com o intuito de ser um objeto portátil.

O termo *codex* (códice) era usado para denominar um conjunto de folhas de qualquer material (madeira, pergaminho, bambu, etc.) unidas entre si pela margem interna por um vínculo que podia ser de cordões, tiras de couro ou anéis metálicos. Para a confecção do códice de pergaminho, os fólhos eram cortados em formato padronizado e eram atados em conjunto por um lado, formando os cadernos que, reunidos, formavam o livro, de modo similar ao utilizado hoje. O Códice Vaticano (ver fig. 4, página 142), elaborado no século IV, é um exemplo desta forma de confecção.

A organização dos cadernos manuscritos

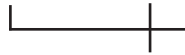
Após as observações gerais feitas sobre o formato do livro manuscrito ao longo da História, trataremos da estrutura do códice e do livro impresso. Começemos pelo caderno do códice. Um caderno é constituído por unidades básicas, peças do suporte que receberá a escrita, chamadas bifólios. Bifólio é, conforme o próprio nome sugere, um fólho dobrado ao meio. Um caderno é a reunião de bifólios, obtidos pela dobra de uma folha. Para ser bifólio,

portanto, o caderno deve conter ao menos duas folhas. Caso o manuscrito ou impresso possuir apenas uma folha, será chamado de fólho (folha) simplesmente, ou de *in-plano*, que possui, portanto, duas páginas – a frente e o verso. Veja-se o esquema abaixo³:

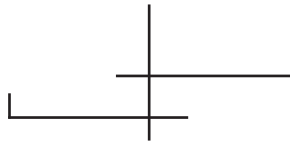


Representação de bifólios

Há diversas formas de organização de cadernos, uma delas é a descrita acima, que é a mais comum e regular. Mas há a opção de os fólhos serem superpostos. Vejam-se as representações gráficas abaixo.



Representação de fólho mutilado ou excluído após a encadernação

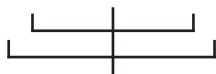


Representação de encadernação com fólhos sobrepostos

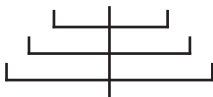
Os cadernos, dependendo do número de bifólios de que são compostos, podem ter nomes distintos: bínio, terno e quaterno, conforme sejam formados por dois, três ou quatro fólhos. A representação desses cadernos esclarece melhor a maneira como eram compostos.

³ Tomamos como base as representações gráficas utilizadas em GARCIA, 2002, p. 144-46.

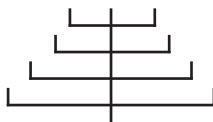
Bínió: composto por dois bifólios



Terno: composto por três bifólios



Quaterno: composto por quatro bifólios

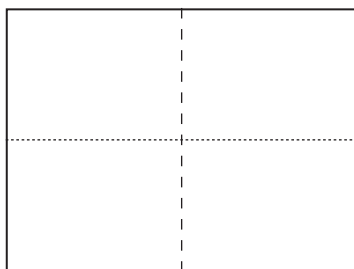


Do termo “quaterno” surgiu o atual “caderno”. Temos o *in-fólio* que apresentará quatro páginas. Se houver duas dobras, forma-se o *in-quarto*, com oito páginas. Cadernos compostos por cinco bifólios são chamados de *quínios*; de seis, os *sênios*; de sete, os *septênios*; de oito, *octônios* e assim por diante. Esta técnica de construção dos fascículos é chamada de organização por bifólios independentes. Há outra modalidade de organização dos fascículos que é por meio de dobras dos fólios. Se tivermos um fólho simplesmente, ou seja, um *in-plano*, teremos duas páginas – a frente e o verso – então não poderemos considerar que isto seja um caderno. Mas, se o fólho possui uma dobra:

In-fólio: uma dobra; quatro páginas

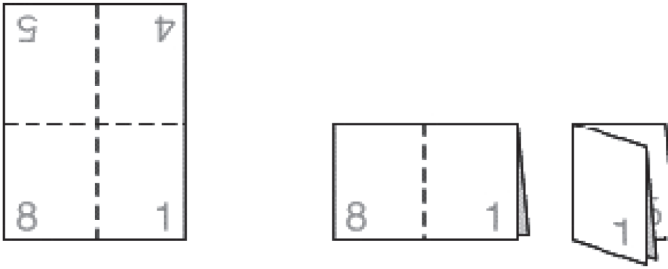


In-quarto: duas dobras; oito páginas

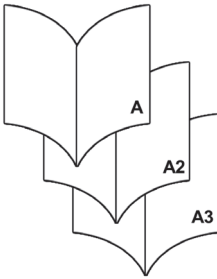


A folha *in-octavo* tem três dobras e dezesseis páginas, e assim por diante. Os cadernos eram considerados unidades independentes até o momento da encadernação, por isso eram necessários indicadores de ordem/sequência; estes indicadores eram as **assinaturas** e os **reclames**.

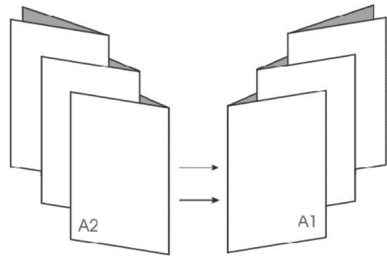
Exemplo de como se compõe um quaterno.



Exemplo de caderno composto de três bifólios, com assinaturas.



Exemplo de livro composto por dois cadernos de três bifólios cada.



A numeração das páginas ocorreu pela primeira vez por volta de 1470, no *Sermo de praesentatine Beata Mariae*, de Werner Rolevinck, conforme Araújo (1986, p. 275).

Para o leitor, a sequência das folhas do livro, manuscrito e impresso, é dada pela paginação, porém para o encadernador a sequência seguida é a dos cadernos, que é indicada pelas assinaturas. Assim como as assinaturas, os reclames e a paginação servem para se verificar uma possível supressão de folhas ou desordem dos cadernos.

O livro manuscrito foi confeccionado de data não definida antes de Cristo até o século XV com maior frequência. Ele era considerado objeto de arte, de decoração e até de *status*. Os livros de horas ou breviários eram obrigatórios para as opulentas cortes reais; eram luxuosos e impressionantemente bem ilustrados e

encadernados. Tomamos como exemplo o *Livro de horas de Isabel da Bretanha*. Confeccionado em Paris, por volta de 1415, o livro pertenceu a Isabel, filha de João VI, duque da Bretanha, e de sua esposa Joana, e foi produzido por um dos iluminadores mais famosos de sua época, Mestre Bedford. (fig. 1, páginas 134-135)

Os primeiros livros impressos confeccionados, os chamados incunábulo, do latim *incunabulum*⁴, seriam então as primeiras produções de tipografia. Na realidade, consistiam de impressões feitas por tipos de madeira mergulhados em tinta e que funcionavam como uma espécie de carimbo. Deste modo, no final da Idade Média os tipos móveis possibilitaram a confecção de um maior número de cópias das obras, tornando assim o conhecimento mais acessível e o contato com o manuscrito, que era artigo raro, menos necessário.

O reclame no livro manuscrito

Uma vez que a obra, nos *scriptoria*, sofria a intervenção de muitos artesãos, para facilitar a organização dos cadernos inseriam-se dois tipos de marcação: as assinaturas e os reclames⁵. A assinatura era colocada em determinado local para informar a ordem dos cadernos que constituíam o manuscrito como um todo. O mais frequente tipo de assinatura é o alfabético, mas existe também o alfanumérico. A assinatura, em períodos mais tardios, era marcada no canto superior direito da primeira página de cada caderno. Depois, passou a ser inserida no canto inferior direito da última página de cada caderno, e era indicada por algarismos

4 Incunábulo (< lat. *incunabulum*, que não se documenta) foi adotada modernamente para designar as primeiras produções de tipografia (anteriores a 1500), c.f. HOUAISS, *Dicionário Eletrônico*, 2002.

5 Do período medieval até os primeiros anos da imprensa, a configuração da mancha textual deu-se de modo que a margem superior fosse menor do que a margem inferior, pois na última linha havia o reclame, que ocupava um pequeno espaço do canto direito, acarretando um maior espaço em branco na margem inferior (HOUAISS, 1983, p. 46). Logo, desde a tradição manuscrita até a impressa, a preocupação a respeito do tamanho das margens se manteve.

romanos. Outras vezes, as assinaturas eram precedidas por uma abreviatura que indicava qual era o tipo de caderno, por exemplo, “t” poderia indicar um terno. Mais adiante, as assinaturas passaram para a posição central da margem inferior da primeira página de cada caderno e se repetia no último fólio.

Quanto aos reclames, consistem de um grupo de letras ou palavras que a princípio eram colocadas na margem inferior do verso do último fólio de um fascículo, e essas letras ou palavras se repetiam no início do fólio seguinte. Na maioria das vezes, eram escritos na horizontal e foram retirados de muitas obras devido a sucessivas reflagens feitas pelos encadernadores. Os reclames também podem ocorrer na vertical ou de forma oblíqua (DÍAZ, 1999, p. 3-30). O fato de não haver nenhum sistema de ordenação entre as páginas de um texto é, no entanto, frequente, pois se afirma que o uso deste elemento técnico está relacionado com os costumes dos copistas, que podiam utilizá-lo com certa independência. Nos livros manuscritos, os reclames ainda indicavam a sequência dos cadernos; posteriormente passaram a indicar a sequência dos fólios.

Conhecer as assinaturas e os reclames é útil para auxiliar a descobrir características codicológicas de um documento, como tipo de cadernos, datação etc. Nem todos os tipos de códices e livros, no entanto, possuíam reclames. Um exemplo disso são os incunábulo, os primeiros livros impressos até 1500. O estudo e a classificação dos incunábulo são tarefas complexas, que exigem conhecimentos especializados. De maneira geral, os incunábulo são feitos em papel espesso, desigual e amarelado, e apresentam caracteres irregulares, com a presença de várias abreviaturas. Grande parte dos incunábulo não apresenta paginação, assinaturas, lugar e data de impressão, muito menos reclames (FINÓ, 1940, p. 19).

Nos documentos pesquisados, constatamos que os reclames podem ser escritos na mesma linha do texto ou podem ser subscritos à derradeira linha da página. Na fig. 5 da p. 142, temos uma obra do século XVIII, intitulada “Primeira catequese dos índios selvagens feita pelos padres da Companhia de Jesus”,

traduzida para o guarani. Os reclames aparecem em diferentes posições (subscrito à última linha do texto e na primeira linha do texto na página seguinte).

Na fig. 1, da página 140, temos o exemplo de reclame na mesma linha do texto. O reclame (constituído da sílaba Sa:) aparece adicionado à última linha do texto na página anterior e também na primeira metade da página seguinte (constituído da capitular S seguida de A:).

A produção de livros impressos

Antes de tratar propriamente do reclame no livro impresso, mencionaremos o surgimento do livro impresso e os primórdios da produção do livro impresso no Brasil. Em seguida, trataremos da estrutura do livro impresso e do reclame no livro impresso.

O surgimento do livro impresso

No século XV, todos os elementos propícios à invenção da prensa (e da imprensa) já estavam praticamente disponíveis, entretanto coube ao alemão Johannes Gutenberg (1398-1468) levar adiante esse empreendimento. Por meio do estudo dos melhores tipos de tinta (de forma a evitar as tintas corrosivas, por exemplo), da utilização de papel com densidade adequada, Gutenberg criou um sistema mecânico de tipos móveis e organizou a forma de composição das páginas. Mesmo com essas inovações, a utilização do reclame perdurou ainda por séculos. As prensas primitivas usadas para a impressão de documentos tiveram como base as prensas utilizadas para a fabricação do papel e do vinho. Inicialmente, *prensa* era sinônimo de *imprensa*, pois tanto uma quanto a outra tem relação com a palavra *pressionar*.

A importância de Gutenberg como inventor da imprensa justifica breves informações biográficas, conforme John Man (2004) apresenta em sua obra *A revolução de Gutenberg*. Gutenberg

inicialmente atuou como moedeiro, isto é, cunhava moedas, e aí começou a empreender e a desenvolver suas habilidades de impressão. A cidade de Mogúncia, onde morava, entrara em crise político-financeira por vinte e seis anos: os impostos aumentaram, havia ameaças de conflitos sociais, a cidade sofria ondas de infestação pela peste negra. Neste contexto, Gutenberg partiu em busca de uma cidade mais estável para instituir seu negócio. Após o falecimento de sua mãe, e com a partilha da herança entre Gutenberg e seus dois irmãos, pôde deixar sua cidade natal para trabalhar em Estrasburgo, cidade mais promissora na época.

Para o desenvolvimento da imprensa, Gutenberg precisou realizar várias experiências e testes até encontrar a harmonia entre papel, tinta e prensa, que deveria ter sua pressão regulada e uniforme para não danificar o suporte da impressão.

Nesse tempo os padres já buscavam livros *in-quarto* para poderem transportá-los. Os líderes religiosos precisavam conhecer a Bíblia, os missais, os livros de horas, as gramáticas latinas etc. e a dependência dos copistas para a produção de livros era complicada devido à lentidão da produção e ao grande número de equívocos, e a cada cópia os erros, além de reproduzidos, podiam ser também multiplicados.

A ideia da impressão era antiga já na época de Gutenberg, pois já se faziam cópias a partir de xilogravuras. Entretanto, eram mais trabalhosas do que as cópias feitas à mão. No Egito antigo também já se usavam carimbos feitos de madeira para “imprimir” os hieróglifos; entretanto, para escrever longos textos não se pensou em utilizar essa técnica. Somente após muitas experiências, com madeira, cobre e outros materiais, Gutenberg conseguiu chegar aos tipos móveis.

Os chineses já estavam à frente na produção e utilização do papiro e do papel, mas, além do papel produzido ser muito fino, a impressão com tipos móveis provavelmente não foi desenvolvida por eles devido à complexidade de sua escrita.

Baseado na questão religiosa acima referida, Gutenberg interessou-se em produzir os chamados *spiegeln*. Na obra de John

Man (2004, p. 76) há referências de que os *spiegeln* eram espelhos, entretanto, Rizzini (1988, p. 79) em *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, afirma que “interpretando o vocábulo *spiegeln* ao pé da letra, pensavam alguns historiadores que Gutenberg fabricasse espelhos de vidro ou de aço. Por influência do equivalente latino *speculum*, espelho, em todos os idiomas, significa livro de devoção ou de moral”. Neste trabalho interpretaremos *spiegeln* como livros de devoção.

Na época, a quantidade que o mercado demandava exigia uma escala de produção jamais realizada; além disso, Gutenberg não possuía o capital necessário para a empreitada. Porém, perseverou, negociou, fez alguns empréstimos e arriscou iniciar a produção das obras impressas. O inventor precisava controlar bem seu caixa, pois mesmo com o apoio de sócios e com o arrecadado com o comércio dos *spiegeln* era necessário assegurar os lucros para compensar todo o investimento feito, e publicar algo facilmente vendável. Considerando que na época houve algumas reformas nas leis eclesiásticas e uma delas exigia que as bibliotecas e mosteiros possuíssem uma Bíblia bem traduzida e editada, então, se concluiu que a Bíblia – até hoje recordista de vendas –, os breviários e missais teriam retorno financeiro garantido.

Imprimir a Bíblia seria um enorme empreendimento, pois a obra compreendia dois volumes e para publicá-la eram necessários seis compositores, meia dúzia de impressores e máquinas enormes. Para conquistar e atrair compradores para sua Bíblia, Gutenberg precisava produzir livros tão ou mais belos que os códices da época. Entretanto, não poderia criar obras muito fora dos padrões, pois os principais compradores eram os tradicionais clérigos. Tomou, então, a precaução de produzir livros muito parecidos com os códices da época. Gutenberg criou, então, a chamada Bíblia de 42 linhas, que vendeu muito bem para os padrões da época. Nesse momento, muitos dos que aprenderam a produzir com Gutenberg começaram a estabelecer seus próprios negócios.

Houve inclusive um esquema de espionagem: interessados de outros países aproximavam-se de Gutenberg para aprender o que pudessem a respeito do recente processo de imprimir.

Homens abastados montavam suas bibliotecas particulares e nessa época (por volta de 1440) ainda não existiam bibliotecas públicas. Os livros eram objetos de *status*. Livros religiosos eram fáceis de ler e já não requeriam a ajuda do monge (a escrita e a leitura, lentamente, estavam sendo democratizadas), as pessoas podiam então fazer a leitura silenciosa; com a produção em série os livros foram popularizando-se e seu preço foi barateando aos poucos.

Gutenberg, por volta dos 60 anos de idade, obteve reconhecimento. Segundo Rizzini, (1988, p. 79) sua morte foi discreta, não se sabe muito sobre o assunto. Aproximadamente em 1480, a produção de livros impressos já havia se expandido bastante e 122 cidades da Europa ocidental já estavam imprimindo, metade desse número estava na Itália. Nos anos seguintes, facilmente a Itália superou a Alemanha no tocante ao número de centros impressores. Veneza tornou-se um importante centro impressor em toda a Europa, com cento e cinquenta prensas. Era uma cidade de posição estratégica, onde o comércio por terra ou por mar era apropriado. A essa altura os impressores eram grandes empresários, tinham contatos com autores, revisores, fornecedores de materiais diversos, vendedores. Os impressores tinham que ter sua marca gravada nos documentos, um método para a identificação da origem deles. (RIZZINI, 1988, p. 84)

Na época da cultura manuscrita medieval, era difícil saber o que era produzido e por quem era produzido. Nem sempre os documentos tinham a identificação dos *scriptoria* e a circulação do material era muito mais lenta se comparada à velocidade de circulação de impressos após Gutenberg. Conforme Peter Burke (2002, p. 175), na Idade Média o problema era a escassez de livros e, no século XVI, a produção, volumosa, torna-se problema. Foi

o início da supercirculação dos livros que atualmente, na era da mídia eletrônica, torna-se praticamente incontrolável.


A produção precisa ser catalogada, pois de nada adiantaria ter a informação publicada, mas não saber onde encontrá-la. Este é um dos motivos pelos quais, no Brasil, o instituto jurídico do depósito legal convoca todas as editoras a enviarem, pelo menos, um exemplar de cada obra produzida para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (HERKENHOFF, 1997, p. 260). O problema é que esta lei não é plenamente respeitada, pois nem sempre os editores se lembram de fazer o depósito da obra, além do fato de existirem pequenas editoras que nem mesmo a conhecem.

Os primórdios da história do livro no Brasil

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, suas primeiras ações consistiram em explorar a terra, catequizar e instruir os moradores locais, tendo como base o Rei – de Portugal, a Fé – cristã e a Lei – imposta pelos brancos. Pero de Magalhães Gândavo escreveu em suas crônicas sobre a colonização brasileira que os índios viviam *desordenadamente* (VILLALTA, 2002, p. 332). O tupinambá, o nheengatu, o tupi, o guarani, e todas as línguas gerais faladas pelos índios deveriam ser substituídas pela língua dos colonizadores, como uma maneira de controlar e dominar os nativos.

Entretanto, no início do século XVI, quase não havia escolas e livros. Os poucos livros que circulavam eram controlados pela Coroa e pela Igreja, pois nem tudo era considerado bom para o conhecimento dos nativos, que poderiam promover questionamentos e agitações. Os livros permitidos eram os de catecismo e de língua portuguesa ou latina.

KATECISMO
INDICO
DALINGVAKARIRIS,
ACRESCENTADO DE VARIAS
Praticas doutrinaes, & moraes, adapta-
das ao genio, & capacidade dos
Indios do Brasil,
PELO PADRE
Fr. BERNARDO DE NANTES,
Capuchinho, Prégador, & Missionario
Apostolico;
OFFERECIDO
AO MUY ALTO, E MUY PODEROSO REY
de Portugal
DOM JOÃO V.
S. N. QUE DEOS GARDE.



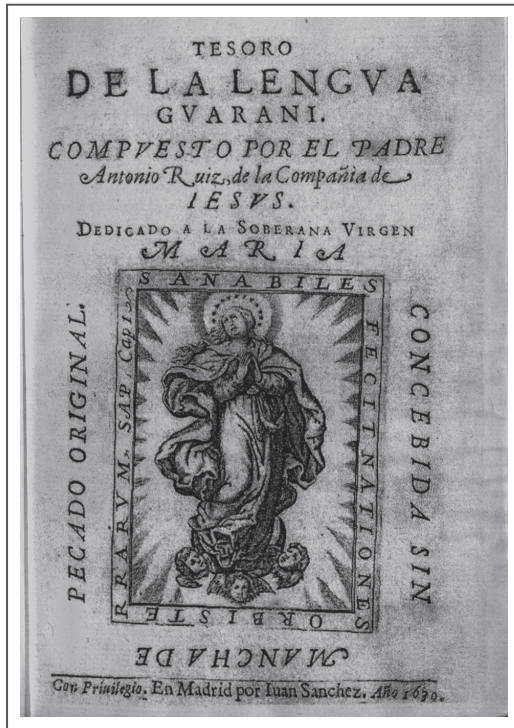
LISBOA,
Na Officina de VALENTIM DA COSTA
Deslandes, Impressor de Sua Magestade.

M. DCCIX.
Com todas as licenças necessarias.

Katecismo Indico de Lingva Kariris, acrescentado de varias praticas doutrinaes, & moraes, adaptadas ao genio, & capacidade dos Indios do Brasil – Lisboa: Officina de Valentim da Costa, Impressor de Sua Magestade, 1709.

Imagem retirada do artigo o que se fala e o que se lê: Língua, Instituição e Leitura.

VILLALTA, Luiz Carlos. *História da vida privada do Brasil.*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 336.



Tesoro de la lengua gvarani – Madrid: Juan Sanchez, 1639.

Imagem retirada do artigo o que se fala e o que se lê: Língua, Instituição e Leitura. VILLALTA, Luiz Carlos.

História da Vida Privada do Brasil., São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 336.

O latim, no período da colonização, era a língua culta, especialmente nas escolas jesuíticas da Europa. Nelas se estudavam retórica, lógica e aritmética em livros escritos em língua latina. O massacre da cultura e das línguas locais obviamente não se deu de uma hora para outra, uma vez que a cultura oral tem um poder muito grande, sem contar que a miscigenação – entre portugueses e índios – também era um fator dificultador. A Companhia de Jesus foi a principal responsável pela educação dos nativos no Brasil até 1759, e para isso mantinha muitas escolas para a formação de religiosos e de leigos. A partir do final do século XVII

havia seminários e colégios, porém a Coroa não permitia a criação de universidades no Brasil, o que incentivava os filhos de famílias abastadas a estudarem na Universidade de Coimbra. A não existência de universidades no Brasil, bem como o alto grau de analfabetismo entre a população, foram fatores importantes para a continuidade do pacto colonial.

Nesse contexto de dependência de Portugal, o desenvolvimento da imprensa no Brasil trilhou um longo caminho. Os primeiros livros chegaram com os jesuítas que vieram com Tomé de Sousa para a colônia. Aqui os livros eram copiados à mão para que os alunos dos jesuítas pudessem estudar. Os livros que vinham eram o *Flos Sanctorum* – sobre a vida dos santos –, manuais de catecismo e demais obras religiosas e alguns livros de língua. Portanto, no século XVI tínhamos aqui apenas livros religiosos e alguns “de sorte”, isto é, literatura esotérica. A distribuição e a posse dos livros eram muito desiguais. Editar e produzir livros no período colonial era expressamente proibido. Nem todos podiam ter livros e a obtenção de muitos deles exigia uma concessão régia. As licenças e autorizações eram dadas pela Coroa de acordo com a situação financeira e profissão dos beneficiários. Havia até recomendações da Coroa de guardar os livros licenciados em estantes fechadas à chave.

Muito poucos eram os privilegiados possuidores de livros e os que tinham bibliotecas possuíam uma média de trinta obras. No século XVII não houve grande mudança no tocante às bibliotecas, porém no século seguinte a tendência foi a de abrir espaço para as ciências no âmbito literário. Por meio do estudo dos inventários, descobriu-se que os donos das maiores bibliotecas particulares eram os padres, advogados e médicos, segundo Villalta (2002, p. 362).

No final do século XVIII e início do XIX, as residências brasileiras foram criando espaços próprios para a leitura e para a organização dos livros: os móveis, as bibliotecas e livrarias, as mesas com canetas-tinteiro e os mapas passaram a ser valorizados.

A história do livro e da leitura no Brasil também foi permeada pela oralidade. Conforme descreve Luiz Carlos Villalta,

a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português. A relação com os livros marcava-se também, à semelhança do sucedido na Europa, pela coexistência das leituras extensiva – leitura de textos diversos – e intensiva – leitura repetida dos mesmos escritos. (2002, p. 373-74)

Embora as datas da chegada dos portugueses ao território nacional e da criação da imprensa na Europa sejam próximas, o Brasil só teria uma Casa Impressora após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808. Tratava-se da Imprensa Régia, fundada em 13 de maio desse mesmo ano, com o objetivo de tornar pública a legislação e demais papéis do reino.

A estrutura do livro impresso e o lugar do reclame

Conforme já relatado, devido ao aumento da produção de papel e à invenção da imprensa, a produção de livros impressos foi acelerada e aumentada durante todo o século XV. De acordo com Martins (2001, p. 168), os caracteres dos primeiros livros impressos buscavam imitar a letra manuscrita; mas, ao mesmo tempo, os leitores preferiam os livros impressos, por serem mais legíveis.